

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE PARINTINS

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.715132525021>

Data de aceite: 25/02/2025

Lourenço Castro Fonseca

Prof. Dr

RESUMO: O autor problematiza os fatores causadores da evasão escolar nesta modalidade de ensino, são fatores internos e externos que interferem no funcionamento da EJA. Como fatores internos o autor percebeu que a escola, como a prática pedagógica deve oferecer um acompanhamento mais constante dos alunos assistidos pela EJA. Os fatores são externos que intervêm são: renda familiar baixa, problemas familiares, falta de segurança no entorno da escola; horário de aula incompatível com o trabalho, ou simplesmente desinteresse do aluno no prosseguimento dos estudos. No processo de investigação o pesquisador observou que esta realidade de evasão do EJA estava presente na rede das escolas que ofertam e mantém o programa de educação de jovens e adultos no município, na rede escolar em Parintins, município do Amazonas. Esta realidade desafiou o autor a prosseguir na investigação que pudesse apontar de maneira mais pontual e significativa dos

motivos pudessem estar provocando a evasão. Para este estudo foi escolhida as escolas de Parintins que ofertam na sua grade curricular a modalidade da EJA. Este foco da investigação exigiu embasamento sobre a modalidade e os processos do desenvolvimento dos programas desenvolvidos nessas escolas, assim como um levantamento dos motivos e realidade dos sujeitos que participam do processo de ensino da Educação de Jovens e Adultos nas escolas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre a Educação de jovens e Adultos no município de Parintins, uma modalidade de educação básica que busca a preparação do aluno, do tempo perdido, propiciando a continuidade aos estudos, que envolve as abrangentes questões sociais, econômicas, políticas e culturais e que foi assegurado pela Lei 9.394 Art.37 que a destinou àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (BRASIL 1996, p.50). Nesta

modalidade de ensino busca-se um ensino de qualidade com foco no aprendizado do aluno, e uma real mudança na qualidade de vida, visando a sua realidade.

A Constituição Federal determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação e a integração de ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo: “Trata-se de tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros e da sociedade”. Os déficits do andamento no ensino fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o ensino fundamental obrigatório.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio da resolução nº 01/2000 – Artigo 6º, afirma que cabe a cada sistema de ensino definir a estrutura e a duração dos cursos da Educação de Jovens e Adultos, respeitadas as diretrizes curriculares nacionais, a identidade desta modalidade de educação e o regime de colaboração entre os entes federativos. Em grande parte dos municípios brasileiros existe pelo menos uma escola municipal onde funciona a modalidade EJA, com uma metodologia que tem como finalidade educar os Jovens e adultos que, pelos mais variados motivos, não puderam concluir seus estudos na idade correta. Todavia os estudos são realizados no modo “aceleração da aprendizagem” onde o currículo tem uma configuração de aceleração dos estudos, sendo dividida em três fases: o letramento, ensino fundamental e o ensino médio, reunindo as séries em um mesmo contexto.

O autor problematiza os fatores causadores da evasão escolar nesta modalidade de ensino, são fatores internos e externos que interferem no funcionamento da EJA. Como fatores internos o autor percebeu que a escola, como a prática pedagógica deve oferecer um acompanhamento mais constante dos alunos assistidos pela EJA. Os fatores são externos que intervêm são: renda familiar baixa, problemas familiares, falta de segurança no entorno da escola; horário de aula incompatível com o trabalho, ou simplesmente desinteresse do aluno no prosseguimento dos estudos.

No processo de investigação o pesquisador observou que esta realidade de evasão do EJA estava presente na rede das escolas que ofertam e mantém o programa de educação de jovens e adultos no município, na rede escolar em Parintins, município do Amazonas. Esta realidade desafiou o autor a prosseguir na investigação que pudesse apontar de maneira mais pontual e significativa dos motivos pudessem estar provocando a evasão. Para este estudo foi escolhida as escolas de Parintins que ofertam na sua grade curricular a modalidade da EJA. Este foco da investigação exigiu embasamento sobre a modalidade e os processos do desenvolvimento dos programas desenvolvidos nessas escolas, assim como um levantamento dos motivos e realidade dos sujeitos que participam do processo de ensino da Educação de Jovens e Adultos nas escolas. principal objetivo da investigação é compreender a evasão e permanência dos alunos no processo de desenvolvimento da modalidade EJA no município de Parintins. A compreensão dos motivos pelo qual ocorreu a evasão, mas também a permanência na sala de aula é um pressuposto importante

que poderá orientar ações futuras por parte da gestão do programa, e assim diminuir o índice de evasão com o passar do tempo. As informações obtidas na investigação podem ser de relevância para a comunidade escolar, tendo em vista o leque de possibilidades provenientes do conhecimento dos motivos da evasão escolar, mas principalmente buscando a permanência dos alunos na sala de aula para a melhora das condições da sua qualidade de vida e de sua família.

Como ferramenta a investigação optou-se pelas metodologias quantitativa e qualitativa. Marconi, e Lakatos, em sua obra Fundamentos de metodologia científica nos falam que a observação e coleta de dados devem vir diretamente no local das vivências escolares dos sujeitos da educação como são as revelações que aparecem nas histórias de vida e experiências dos profissionais da educação da escola Irmã Sá. Para análise dos dados levantados foi utilizados os parâmetros médio a respeito da idade dos alunos assistidos pela EJA e frequências das respostas.

Os procedimentos utilizados na investigação foram pesquisa de campo, com objetivo de problematizar os conceitos básicos e as categorias, Educação de Jovens e Adultos, Evasão na EJA, com base em literaturas desses entornos categóricos educacionais, associados a resultados de levantamentos censitários e diagnósticos sobre a Educação de Jovens e Adultos na Escola Estadual Irmã Sá, com enfoque principal na evasão escolar.

Escolhida a metodologia de pesquisa, foi realizado junto à Secretária Municipal de Educação e Coordenação da SEDUC/Parintins um levantamento de dados sobre a EJA, nas escolas, local da pesquisa, e aplicado questionários a 61 alunos que frequentam regularmente o curso, alunos que permanece nas escolas no ano de 2022, bem como aos professores, com o objetivo de obtermos diversificadas opiniões e visões sobre o tema do resgate dos alunos da EJA, no sentido da melhora das condições de vida pessoal e familiar.

Em seguida, foi proposta uma reflexão sobre o resgate escolar, e especificamente sobre a permanência escolar na educação de jovens e adultos, partindo do pressuposto que os alunos da EJA, percebemos a necessidade do programa e as escolas atenderem os jovens e adultos de forma versátil, ao ponto de associar ao máximo os conteúdos propostos para a formação profissional a realidade já conhecida, para que a aprendizagem seja relacionada com a inserção social além de conhecer os seus direitos para o desenvolvimento pleno da cidadania.

Para reflexão ampla ao entendermos que o ato de ensinar não seja necessariamente algo restrito a uma sala de aula e as práticas tradicionais do ensino, as atividades podem ser um diferencial que motive o aluno a permanecer na escola para conclusão de seu curso, com a esperança de aprender realmente a vida acadêmica, pessoal e profissional.

Segundo o professor Paulo Freire, cada educador tem uma infinidade de possibilidades pedagógicas de observar mais de perto a comunidade onde atua, isso exige comprometimento, a aproximação do discurso da ação, mostrando sua presença no espaço para não passar despercebido pelos alunos. Quando começarmos a entender que

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção ou sua construção” (Freire, 1996, p.25).

O Presente trabalho descreve minuciosamente a pesquisa em todas as suas fases, inclusive expõe a localização geográfica do local da pesquisa e uma descrição social da comunidade atendida pelas escolas estudada.

JUTIFICATIVA

O interesse em estudar este tema surgiu com os frequentes debates sobre a Educação de Jovens e Adultos, desde o mestrado o autor se debruça sobre tema evasão escolar no segmento EJA, no município de Parintins, inclusive propôs uma investigação acerca dos motivos que levam os alunos da EJA a evasão escolar, diante dessa temática, este artigo procura prosseguir a investigação a partir da observação que os alunos da EJA em sua maioria são alunos que já abandonaram os estudos em algum momento e que por algum motivo retornam aos estudos e nesse sentido faz-se necessário entender as motivações e ações que os fazem agora nesse segundo momento permanecerem na escola, pela experiência do autor durante as construções da dissertação do mestrado, conjecturamos que uma das dimensões pedagógicas com potencial de sucesso na manutenção dos alunos auxiliados pela EJA e o uso da **Afetividade** durante o processo de ensino aprendizagem, ou seja, buscamos acima de tudo aplicar os conceitos provenientes das contribuições do educador Paulo Freire para a Educação de Jovens e Adultos.

A principal finalidade do trabalho é discutir o processo de alfabetização de adultos sob o ponto de vista do uso da afetividade no processo ensino aprendizagem, buscando também mostrar as mudanças ocorridas em torno da Educação de Jovens e Adultos ao longo da história e conhecer quem é o sujeito adulto que procura ou dá continuidade aos seus estudos nessa fase.

A história da educação do Brasil nos remete ao período colonial onde as escolas existentes privilegiavam as classes mais abastadas, a classe de baixo poder aquisitivo não tinha acesso ao ensino escolar. Neste período a educação ficou a cargo dos jesuítas, que se dedicavam a duas tarefas fundamentais, a pregação da fé católica e o trabalho educativo. Nesse contexto, fazia parte do processo educacional o ensino da escrita e da leitura das crianças. Vale lembrar que os adultos indígenas também foram submetidos a essa ação cultural e educacional e por mais de dois séculos a educação se desenvolveu nessa conjuntura.

Com a expulsão dos Jesuítas por marquês de Pombal em 1759, a educação até então passou para o Estado, assim no lugar das escolas jesuíticas, uma série de aulas régias de Latim, Grego, Filosofia e Retórica foram instaladas no Brasil. Essas aulas eram designadas especialmente aos filhos dos colonizadores portugueses, excluindo a população negra e indígena.

As primeiras iniciativas das reformas educacionais, com relação ao público adulto, ocorrem no Brasil Império indicando a necessidade da oferta de ensino para adultos analfabetos. Em 1879, através do Decreto n. 7.247 se estabeleceu uma reforma da educação com modificações nos ensinos primário, secundário e superior. Entre os itens do Decreto destacamos [...] “o oferecimento de cursos para adultos analfabetos.” [...]. (MELO; MACHADO, 2009, p. 297).

A partir da primeira Constituição Brasileira (1824) procurou oferecer um sentido maior para a educação, garantindo no art. 179 “a instrução primária gratuita a todos os cidadãos”. Entretanto, a lei não se fez presente na prática, fato que ocorreu segundo Scortegagna e Oliveira (2006), por dois motivos; primeiro porque a elite é quem possuía cidadania, ou seja, uma pequena parte da população, e segundo porque a responsabilidade que coube as Províncias na proposta da educação básica não foi colocada em ação.

Segundo Freire (1987), as pessoas analfabetas não deveriam ser vistas como imaturas e ignorantes, o educador chamava a atenção de que o desenvolvimento educativo deveria acontecer conforme as necessidades desses alunos. Além disso, na década de 60 houve uma grande mobilização social em torno da educação de adultos. O período foi marcado pelos movimentos de Educação Popular, essas iniciativas contaram com o apoio da igreja, estudantes e intelectuais. Assim salientamos que a Educação de jovens e adultos representa esperança para cidadãos que por algum motivo foram excluídos do processo regular de ensino e vislumbram um futuro melhor.

ASPECTOS HISTÓRICOS

A fim de contextualizar a área de estudo para o leitor deste Artigo, nesta seção vamos mostrar alguns aspectos relacionados à evolução histórica da EJA em Parintins, destacando os aspectos sociais e econômicos, trataremos também da localização geográfica da cidade de Parintins apresentando-a como os lócus da pesquisa.

A investigação em foco foi realizada na cidade de Parintins, localizada no baixo Amazonas, distante aproximadamente 450 km em linha reta da capital Manaus. O município de Parintins faz fronteira com o Estado do Pará. Bittencourt nos diz que a cidade foi fundada na ilha chamada de Tupinambarana, em referência aos índios Tupinambás que habitavam a região. Segundo dados do **IBGE**¹: (em 2021), o município possui aproximadamente uma população estimada de 116.439 mil habitantes, distribuídos em uma área territorial de 5956,373 km².

Um breve histórico sobre a origem de Parintins nos revela que foi na expedição realizada em 1796, que o capitão José Pedro Cordovil resolveu ficar numa das ilhas formadas pelo grande rio, onde desembarcou com seus escravos e agregados para dedicarem-se à pesca do peixe piracuru nos lagos próximos e também à agricultura.

¹ Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=130340&search=amazonasparintinsinfograficos:historico>

Encontraram como habitantes da região os índios Sapupés e Maués. Mais tarde se uniram a eles os Peruvianos, Uapixabas e Mudurucus. Habitavam também a região, os índios Parintintins que eram antropófagos e viviam em lutas constantes com as tribos vizinhas, principalmente com os Munducurus, seus inimigos mais ferrenhos. Cordovil deu ao local a denominação de Tupinambarana. Pedro Cordovil obteve do governo de D. Maria a doação de uma sesmaria nas proximidades do lago Miriti, ali se transferiu com a sua gente, e ofertou a ilha de Tupinambarana à rainha D. Maria I. Em 1880, a sede do município recebeu foros de cidade e passou a denominar-se Parintins. A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros² nos explica que atualmente a divisão territorial estabelecida em 2014, situa o território do município e é constituído de dois distritos: Parintins e Mocambo. Ao longo da história a cidade já teve diversificados nomes; tais como: Vila Nova da Rainha; Freguesia de Tupinambarana; Vila Bela da Imperatriz. O município foi emancipado e se tornou cidade, segundo a enciclopédia, pela Lei Provincial n° 499, de 30/10/1880, onde recebeu o nome de Parintins.

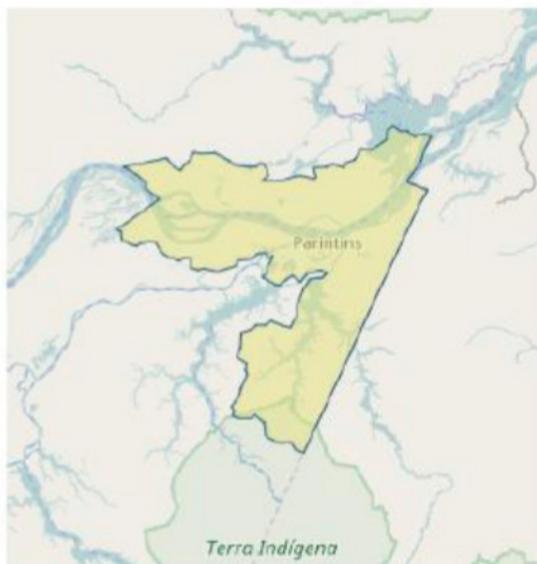


Figura 1. MAPA DA CIDADE DE PARINTINS

Fonte: 2022 IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

A economia local é baseada na agropecuária e em serviços, especialmente serviços oriundos da administração pública, também é o berço do festival folclórico de Parintins, que apresenta como atração principal os bois de pano, Caprichoso e Garantido, que proporcionam um espetáculo para a população local e para visitantes, gerando neste período renda a população Parintinense.

² A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros é uma obra de referência editada pelo IBGE sobre os municípios do Brasil.

De acordo com o IBGE, a cidade ainda é dependente dos empregos públicos de prefeitura e estado, como é possível observar no seguinte gráfico 1.

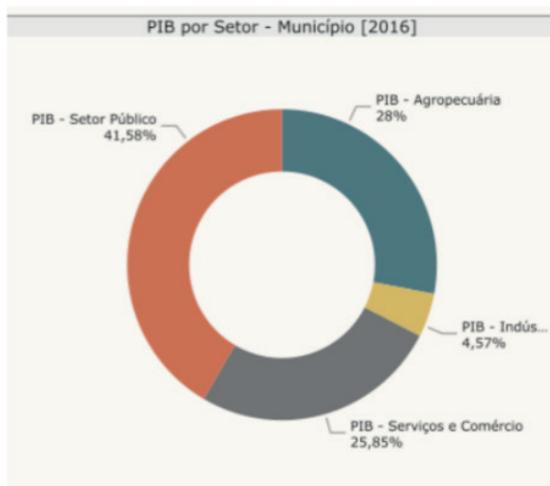


GRÁFICO 1-PRODUTO INTERNO BRUTO DE PARINTINS

Fonte: Perfil das Cidades Amazonenses, 2019.

A maior parcela do Produto interno bruto é proveniente de serviços, no entanto, não há uma diferença grande para os valores alcançados pelo setor da Agropecuária. Na cidade, não há indústrias de grande porte, existe um bairro chamado de Bairro industrial, que abriga movelariais e algumas outras indústria de pequeno porte, a distribuição de energia na cidade é feita por motores a diesel, dificultando a instalação de indústrias, e assim fica a cargo da prefeitura, e do setor agropecuário, a maior parcela na criação de emprego e renda. No gráfico 2 a seguir, o IBGE, lança mão de informações sobre a divisão de pessoal, por setor no município.

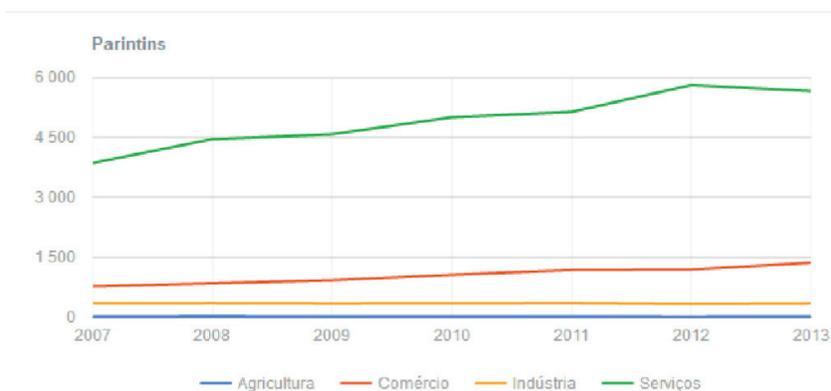


GRÁFICO 2-PESSOAS OCUPADAS POR SETOR 2007-2013

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2014.

Ao analisar o gráfico acima fica evidente a superioridade dos números de pessoas que estão empregadas no setor de serviços, e na série histórica é possível ver também uma evolução no ramo do comércio, há também um dado, em especial, que é a participação de pessoas na agricultura. Diante dos dados apresentados podemos concluir que a População de Parintins, ainda depende da Prefeitura e Governo, e aos empregos disponibilizados por esses entes.

Na educação, a cidade de Parintins, tem uma rede de centro de educação infantil, escola de nível fundamental e médio, além de duas universidades Públicas, A Universidade do estado do Amazonas e a Universidade Federal do Amazonas, conta também com um Instituto Federal de Educação- IFAM-Campus Parintins, e instituições como SENAC, SENAI, SESI e SESC, em números das escolas de nível básico temos o seguinte gráfico 3.

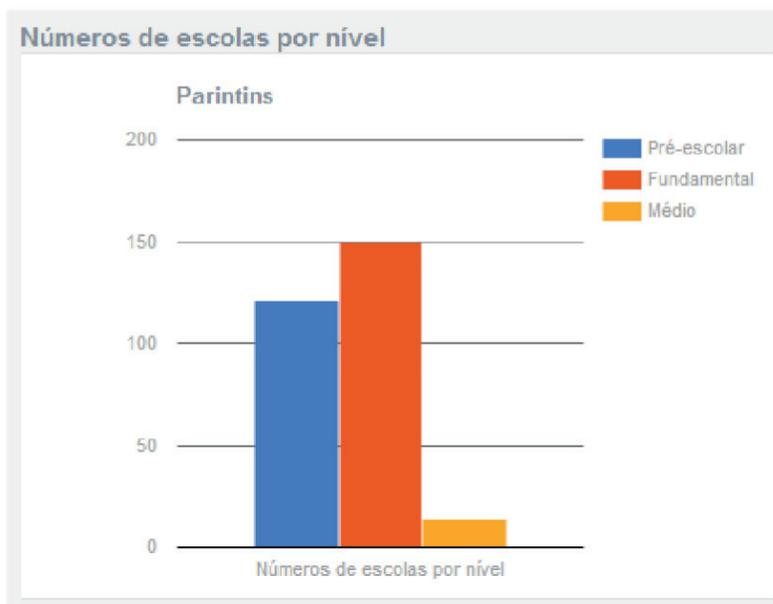


GRÁFICO 3-NÚMEROS DE ESCOLAS POR NÍVEL EM PARINTINS

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2020.

Analisando o gráfico podemos ver que a maior concentração de alunos está no nível fundamental, como pode ser observado no gráfico 4. Também é possível perceber que o menor percentual de matrículas se encontra na pré-escola.

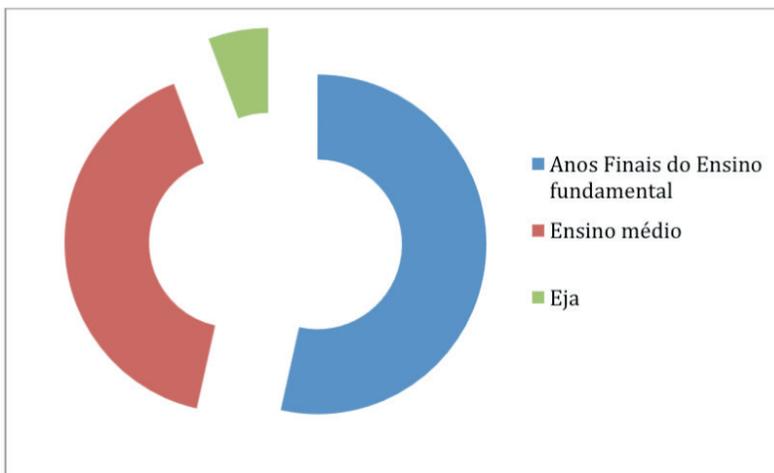


GRÁFICO 4-MATRICULAS POR NÍVEL NO MUNICÍPIO DE PARINTINS

Fonte: Censo Escolar - INEP, 2021

No site do INEP é possível acompanhar o desenvolvimento da educação básica no município. O IDEB 2021 nos anos iniciais da rede pública atingiu a meta e cresceu, no entanto, não alcançou 6,0. De fato, este índice de desenvolvimento da educação básica superou a meta de 2015, porém ainda há espaço para melhorar o nível de educação do município, visto que em 2019 e 2021 o IDEB ficou abaixo da meta sugerida.

Evolução do IDEB

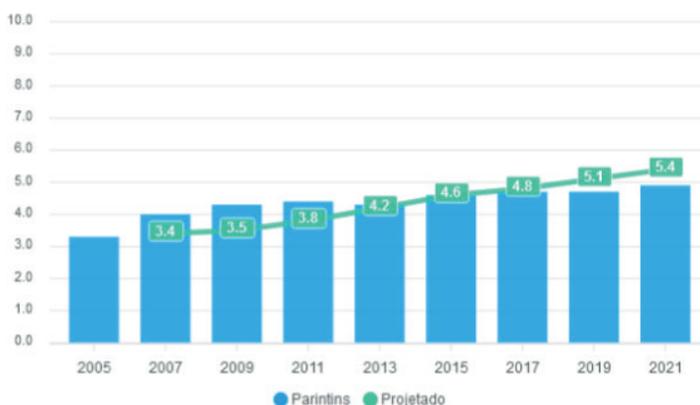


GRÁFICO 5-EVOLUÇÃO DO IDEB PARINTINS, 2005 - 2021

Fonte: INEP- dados do Ideb /Inep (2022)

A educação no município vem crescendo e se destacando, com premiações em olimpíadas, nacionais e regionais, Neste cenário de educação se encontra também a

educação de jovens e adultos, que em números disponibilizados pelo INEP através do gráfico 6, podemos verificar a evolução histórica da série temporal de 2010 à 2022,

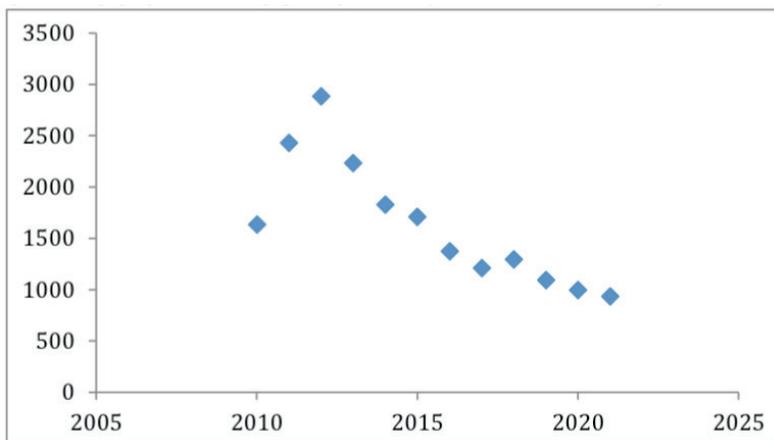


GRÁFICO 6-MATRICULAS NA EJA EM PARINTINS

Fonte: INEP - Censo Escolar-2010-2021.

É possível identificar um declínio no número de matriculados na EJA a partir de 2013, entretanto devemos observar que essa diminuição de matrículas pode ser ocasionada pela maior quantidade de alunos no ensino fundamental concluindo está etapa na idade correta, e, portanto, não necessitam ingressar na EJA para completar os estudos, ou é possível concluir que o número de alunos evadidos nesta modalidade de ensino esteja em processo de crescimento, conforme aponta os gráficos 7 e 8.

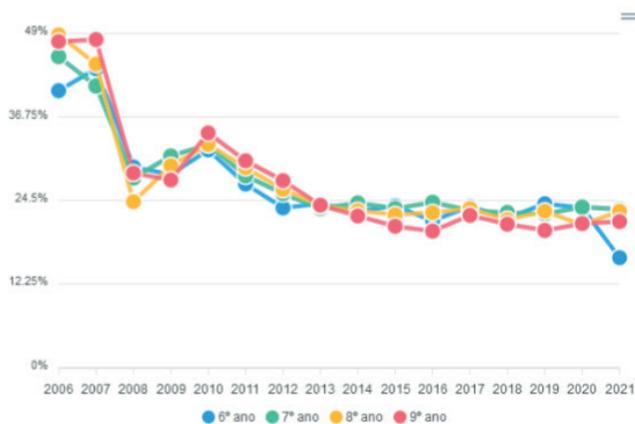


GRÁFICO 7-EVOLUÇÃO DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE – PARINTINS- ENSINO FUNDAMENTAL

Fonte: Indicador de Distorção idade-série - INEP, 2021.



GRÁFICO 8-EVOLUÇÃO DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE – PARINTINS- ENSINO MÉDIO

Fonte: Indicador de Distorção idade-série - INEP, 2021.

Proporcionar educação de qualidade dentro de um processo ensino-aprendizagem significativo, visando o aprimoramento do educando em sua formação ética, bem como suas competências e habilidades, e tem como visão de Futuro; promover educação com qualidade, buscando o fortalecimento e melhoria na prática pedagógica, a partir da realidade dos alunos, utilizando fundamentos teóricos-metodológicos interacionistas que contribuam para a formação de cidadãos críticos e capazes de intervir na transformação de sua realidade.

Analisando a missão do educandário podemos concluir que a escola E1, foi construída a partir da necessidade de dar dignidade os moradores do bairro periférico da cidade, e assistir as crianças; jovens e adultos do bairro de Nazaré e entorno, proporcionando um ambiente de aprendizagem e qualificação profissional, atendendo uma parcela de alunos que antes de sua criação se deslocavam a outras zonas da cidade para gozar do direito de estudar.

A Escola conta com um quadro de 39 professores em seu quadro, a clientela atendida por E1 “ é descrita no Plano de Gestão da escola, neste documento com as seguintes características:

A clientela não difere das de outras escolas públicas da periferia de Parintins, alunos carentes de modo geral, muitas vezes desnutrida, proveniente de lares desfeitos ou desestruturados pela falta de emprego ou atividade econômica, alcoolismo e uso de drogas.

A Escola também oferece programas federais e estaduais, realiza atividades a partir de projetos interdisciplinares voltados para a disciplina, leitura e letramento, além do envolvimento sócio educativo e reforço escolar, todos envolvendo a comunidade escolar e áreas afins. Ambos procuram atender à defasagem idade/série, característica muito

presente entre os alunos como será possível identificar após o capítulo sobre análise dos dados da pesquisa e apresentou um IDEB de 4,5 em 2021.

A segunda Escola denominada de E2 está situada na Rua Oneldes Martins, 3311 - Bairro São José Operário área central da Cidade. Oficialmente a escola está vinculada à Secretaria de Educação e Qualidade do Ensino.

A escola iniciou funciona nos três turnos, oferecendo Níveis e Modalidades de Ensino: Ensino Fundamental de 8ª a 9ª ano, Ensino Médio Regular e Ensino Médio Componente – EJA, com uma média de 28 alunos por sala, distribuídos em oito salas para a modalidade EJA e apresenta um IDEB de 4,7 em 2021.

A terceira Escola denominada de E3 está situada na Rua Pedro Ferreira Gonçalves, 1886 Praça da Liberdade. Raimundo Muniz. 69151-450 Parintins – AM área central da Cidade. Oficialmente a escola está vinculada à Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

A escola funciona nos três turnos, oferecendo Níveis e Modalidades de Ensino: Ensino Fundamental de 1ª a 5ª ano e Ensino Fundamental - Anos Finais– EJA, com uma média de 30 alunos por sala, distribuídos em 5 salas para a modalidade EJA apresentando um IDEB de 4,7 em 2021.

A quarta Escola denominada de E4 está situada na Rua Padre Francisco Lupinno, 4197- Itaúna II, Parintins – AM área periférica da cidade. Oficialmente a escola está vinculada à Secretaria Municipal de Educação - SEMED. A escola funciona nos três turnos, oferecendo Níveis e Modalidades de Ensino: Ensino Fundamental de 1ª a 5ª ano e Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Fundamental - Anos Finais - EJA, com uma média de 30 alunos por sala, distribuídos em 6 salas para a modalidade EJA apresentando um IDEB de 4,6 em 2021. A escola E4 comemorou 20 anos de serviços educacionais voltados para a formação de milhares crianças e adolescentes das áreas periféricas de Parintins, abrangendo os bairros Itaúna I, II, Paulo Corrêa, União e Loteamento Jacareacanga.

A Comunidade

A Escola Estadual E1” está localizada no bairro de Nazaré, situada na periferia da cidade, especificamente região oeste, e vizinha de casas noturnas, caracterizada pela prostituição, violência que marca o seu dia a dia, ligada principalmente a problemas sociais, de consumo e tráfico de drogas, roubos e atividades afins. No plano de gestão da escola existe a caracterização da clientela atendida pela escola, a descrição é feita como segue abaixo:

Há toda uma população pobre, carente e trabalhadora, geralmente migrada de outros Estados, comunidades rurais e indígenas, alguns de nossos alunos têm um comportamento agressivo, estão envolvidos com a marginalidade e são um grande desafio do corpo docente resgatá-los para a convivência saudável na sociedade. Também é possível encontrar excelentes alunos e pais responsáveis que contribuem na condução do trabalho. Alguns de

nossos alunos residem em habitações com mínimo conforto, geralmente inacabadas, de alvenaria, ou em barracos de madeira e restos de construção.

Com a experiência adquirida ao longo do tempo, visto que o autor desta investigação foi coordenador da educação de jovens e adultos em 2016, entendemos a dificuldade dos alunos até para chegar à escola. Na época da enchente moradias são invadidas pelas águas do rio, dificultando o acesso à escola, o próprio prédio da escola sofre com constantes alagações no período de chuvas de maior intensidade.

A comunidade alcançada por E2 abrange bairros que apesar da proximidade com o centro da cidade sofrem com alagações e com uma vizinhança de baixa renda, em contraste existem também bairros ao entorno de E2 caracterizados por casas de conjunto onde a vizinhança possui uma renda mais alta, então a escola serve como um encontro de alunos que convivem com dificuldade diárias e alunos cujos pais estão com a condição financeira mais estável. Na modalidade EJA a escola conta com 10 professores.

E3 é caracterizada por ser uma escola de pequeno porte, contando com 6 salas apenas e atende uma clientela de periferia também, situa-se em uma das principais avenidas da cidade. Atuam 6 professores na modalidade EJA.

Por fim, E4 atende uma grande clientela de um conglomerado de bairros na zona periférica da cidade e conta com seis professores atuantes na modalidade EJA.

Pelo direito aos cursos regulares. Contudo, segundo esse autor, apesar desse reconhecimento de que toda a sociedade brasileira tem direito a uma escolarização, os fatos históricos posteriores limitaram a concretização desse direito, no contexto das reformas educacionais implementadas nos anos seguintes.

Para Haddad (2007), o discurso da inclusão predominante na década de 1980 foi substituído pelo discurso da limitação desse direito, permanecendo o reconhecimento formal de direito, mas não sendo consignadas as condições para sua plena realização. O autor assinala que a nova LDB, apesar de trazer um significativo ganho à educação de jovens e adultos, institucionalizando esta modalidade de ensino, deixou de lado uma série de iniciativas importantes à realização plena desse direito, não dedicando nenhum artigo ao problema do analfabetismo. Destaca também a Emenda Constitucional n.º 14/96 que estabeleceu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), um sistema de financiamento que não contemplou a EJA. Portanto, nas concepções do autor, tanto a nova LDB quanto a Emenda Constitucional n.º 14/96 estabeleceram limitações à plena implementação do direito a EJA.

A partir de 2000, de acordo com análise de Fávero (2009), dois fatos importantes ocorrem na história da EJA: o Parecer CNE 11/2000, que estabelece as Diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos retomando o direito dos jovens e adultos a uma educação de qualidade; e a aprovação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), pela Lei 11.494/07, que contempla a EJA em relação ao financiamento.

Atualmente, dentre as principais iniciativas para EJA podemos citar: o desenvolvimento do Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos (PBA) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem); a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) ligada ao MEC; e a implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que passa a abarcar a EJA.

Em artigo produzido a respeito da subalternidade das políticas públicas para EJA, Rummert e Ventura (2007) afirmam que a matriz construída historicamente da herança “de políticas focais, fragmentadas e fragmentadoras do tecido social” permanece. Para as autoras, os programas:

Caracterizam-se por ser mais um rearranjo do mesmo pensamento hegemônico que tem gerado, ao longo da história, um conjunto de propostas com vistas a atender, prioritariamente, às necessidades do capital nos países periféricos ou semi-periféricos. O caráter de amenização das tensões sociais e dos impasses inerentes à lógica do sistema parece ser uma das funções cumpridas, atualmente, por diferentes programas destinados a jovens e adultos trabalhadores, como vimos, ainda hoje, sem lugar próprio no cenário educacional brasileiro. (RUMMERT; VENTURA, 2007, p. 03).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da compreensão de que a modalidade EJA perpassa as etapas e se caracteriza por atender pessoas jovens, adultas e idosas que não tiveram acesso ou não concluíram o processo de escolarização da Educação Básica, e que a escola, embasada por um eixo norteador nacional dever reduzir ou eliminar o risco de deixar os estudantes da EJA à margem ou sem condições de se profissionalizar ou, ainda, dar continuidade aos estudos, no Ensino Superior. É nesse contexto que devemos pensar as propostas de construção curricular para a EJA, ou seja, abarcando as singularidades dos sujeitos atendidos pela modalidade, nas suas diferentes formas de oferta.

Vale destacar que o motivo para os alunos retornarem aos estudos também são externos, ou seja, futuro melhor para o filho, um melhor emprego, ,faculdade, nesse modo, constamos que a escola deveria se tornar um ambiente atrativo para os alunos, como os motivos externos são de difíceis soluções, visto que esbarram nas condições de mundo, sociedade, a escola ainda que tome medidas paliativas como palestras e conversas de roda, busca ativa, que amenizam a evasão, ainda existem alunos que evadem, nesse sentido medidas que façam o aluno se sentir acolhido, pode provocar resultados positivos quando se trata de chamar os alunos evadidos a terem uma nova oportunidade de vida.

Outro aspecto que chamou a atenção e jovens entre 15 e 17 anos no ensino da EJA, inevitável nos leva a pergunta sobre o porquê está acontecendo essa redução na idade dos alunos atendidos. Por fim, Araújo, nos lembra de que na EJA podemos encontrar também pessoas em privação de liberdade que estão em penitenciárias. Esse público, em

sua maioria, não concluiu a Educação Básica. O atendimento a essas pessoas constitui um desafio maior porque nesses ambientes prevalece a preocupação com as questões de segurança. E indicamos também a possibilidade de uma pesquisa com o objetivo de verificar a relação da EJA como educação inclusiva como um promissor caminho para prosseguir a pesquisa que aqui encerramos, visto que pessoas com deficiências ou Transtorno do Espectro Autista, a partir da Lei de Diretrizes e Bases e Conferências internacionais como a de Jomtien e de Salamanca, em que se defenderam as ideias de tornar os sistemas educacionais inclusivos, e as pessoas com deficiências ou Transtornos do Espectro Autista frequentam, preferencialmente, escolas comuns ou regulares.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS/CEE. Resolução nº 111, de 20 de outubro de 2008. **Aprova a Estrutura e Funcionamento da Prova Supletiva Eletrônica em Nível de Ensino Fundamental e Ensino Médio.**

ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de; SILVA, Leda Regina Bitencourt da, Lilian Cristina da Ponte e Sena Sousa; **A Educação de Jovens e Adultos e a BNCC do Ensino Fundamental**, Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 26 (2020), p. 1-24.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27.833, 23 dez. 1996.

CECHINEL, E. **A importância da Especialização PROEJA para a formação docente**. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/rtc/article/viewFile/938/620>. Acesso em 23 fev. 2015.

DOCUMENTO Base do PROEJA-Educação **Profissional Técnica de nível médio**, Ensino Médio, Brasília Ago, 200

FEITOSA, Sônia Couto Souza. **Método Paulo Freire Princípios e Práticas de uma Concepção Popular de Educação**. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em: www.acervo.paulofreire.org>jspui>bistream>FPF_PTPF_07_2004. Acesso em: 27 fev. 2020.

FONSECA, Lourenço Castro; **EJA, ALGUMAS PREMISSAS DA EVASÃO**; São Paulo; Salvador; Kazuá, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, São Paulo ,Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1979. Disponível em: <https://brasilescola.vol.com.br/biogafia/paulo-freire.htm>. Acesso em: 26 fev. 2020

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2009. Disponível em: www.scielo.br/pdf/er/n61/1984-0411-er-61-00055.pdf. Acesso em: 13 fev. 2020.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Algumas reflexões em torno da utopia. In: FREIRE, Ana Maria de

Araújo (org.). *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. São Paulo: UNESP, 2001b.

_____. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2001a.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.

_____. **Prefácio à edição brasileira**. In: SNYDERS, Georges. *Alunos felizes*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 9-10.

HADDAD, Sérgio; XIMENES, Salomão. **A educação de pessoas jovens e adultas na LDB: um olhar passados 17 anos**. In: BRZEZINSKI, Iria. (org.) LDB/1996 contemporânea: contradições, tensões, compromissos. São Paulo: Cortez, 2014

SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Uma Análise Histórico-Crítica**. Revista Eletrônica de Ciências da Educação, Campo Largo, v. 5, n. 2, p. 4-5, nov. 2006. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/eja-no-brasil>. Acesso em: 06 fev. 2020.

Scortegagna e Oliveira (2006, p. 5)